
A construção das origens pessoais: Herança e invenção

Elsa Ramos¹

Num contexto de individualização e também de modificação das formas de transmissão intergeracional, o objectivo desta comunicação é de compreender como é que o indivíduo constrói as suas origens pessoais. A construção das origens abordamo-la no contexto da mobilidade residencial e territorial, duma região a outra, no contexto francês. Neste objectivo, interrogamos vinte homens e vinte mulheres que viviam na província e que se instalaram na região de Paris². Neste trabalho interessamo-nos pela forma como o indivíduo constrói a sua história pessoal e descreve a relação aos diferentes locais de vida. Assim, nas entrevistas, trata-se de compreender o sentido que os entrevistados dão aos diferentes locais nos quais eles viveram e vivem e qual a relação que eles mantêm com os locais da família, com os locais de origem (a terra, por exemplo). Coloca-se então a questão da reinterpretação que cada um faz da sua história e a questão da herança familiar no sentido lato. Como é que o indivíduo negocia a história familiar (a casa da terra, os objectos de um avô ou uma tia...) mantendo ao mesmo tempo as suas aspirações a autonomia que caracteriza o individualismo contemporâneo?

Para responder a esta interrogação abordaremos antes de mais, como é que a mobilidade geográfica conduz a outras formas de mobilidade. Veremos ainda como é que o indivíduo tende a conservar uma unidade nas suas deslocações ou seja como ele pode desenvolver estratégias de ligação e de pertença à família e aos locais ligados a família. Num terceiro momento, pretendemos verificar como é que as estratégias de ligação articulam o individual e o familiar.

1. Antes de mais, verificamos os tipos de mobilidades desencadeadas pelo movimento de deslocação da província para Paris.

É óbvio que a primeira mobilidade é geográfica: Os indivíduos partem de uma região para outra e a distância vêm marcar a separação com os membros da família e com os lugares que fazem sentido para o indivíduo. As visitas aos membros da família tornam-se pontuais, reservadas a certas ocasiões do ano (natal, férias de verão, eventos de família como baptizados, casamentos, funerais...).

O segundo tipo de mobilidade é temporal. Quando o indivíduo regressa ao local de partida, ele não reencontra aquilo que deixou. Os locais mudam, as casas transformam-se ou são vendidas, os avós morrem... Uma mulher (mulher, nascida em 1977, estudante) conta que os pais mudaram de casa e que ela não pode mais voltar à casa onde ela viveu a sua infância e a sua adolescência. Ela diz: *«Foi o virar de uma página, e marcou tudo o que eu vivi no passado, assim como as minhas lembranças. Agora, quando passo em frente, sei que existe ali o passado, que está guardado lá-dentro e eu não quero mais entrar naquela casa. Houve demasiadas transformações e isso não posso, far-me-ia muito mal porque conservo na minha memória a casa de antigamente.»* As transformações dos locais têm uma incidência sobre a geografia individualizada, isto é, sobre os locais que o indivíduo guardou como sendo importantes para a sua história pessoal: Uma parte do presente tornasse passado.

O terceiro tipo de mudança é relacional: Dado que existe uma vida quotidiana comum através das interações, experiências e trocas, o indivíduo acompanha as diferentes mudanças que podem ocorrer na vida familiar e nos espaços de vida. Quando ele parte, o facto de não

¹ (CERLIS-Paris V-CNRS)

² Este estudo apoia-se em critérios de sociologia compreensiva ou seja, é colocado em destaque o sentido que os actores sociais dão as suas práticas na perspectiva do individualismo relacional, “eu não me preocupo da estrutura da vida social, mas da estrutura da experiência individual e da vida social”, Erving Goffman, 1988, «L’ordre social et l’interaction», in Erving Goffman, Yves Winkin, *Les moments et leurs hommes*, Paris, Le seuil/minuit, pp. 186-230.

coabitar mais com os seus pais ou de não residir a proximidade de certos membros da família, reenvia a uma dimensão de separação no sentido em que os espaços, os tempos e as relações não são mais partilhados no quotidiano. A partida implica mudanças de lugar e de relações do indivíduo: No seio da casa familiar, nas decisões familiares e na participação quotidiana a vida de família. Devido a distância, o indivíduo de certa forma não pode manter o seu lugar na família e a sua relação, tal e qual ela era.

2. Vejamos agora como è que o indivíduo tende a construir uma coerência nesta multitude de mudanças.

Assim, estudar a questão das origens no contexto da mobilidade geográfica, obriga a ter em conta elementos que lhe são inerentes ou seja a deslocação, a ausência, a perda, a saudade, a destruição, a morte. A dimensão comum a estas noções è a separação dos locais e das pessoas as quais o indivíduo esta ligado. A questão da construção das origens visa compreender a gestão das diferentes separações da família, da terra, da infância. Esta gestão toma diferentes formas: A ligação a uma região, a terra, a casa dos avos, a objectos, a sabores, a cheiros... De certo modo, o indivíduo vai construir *maneiras de ficar ligado* a certos lugares e assim vai construindo as suas origens. As origens podem ser formuladas com a ideia de «raízes»: Ficar ligado a uma terra, a uma família. Também podem ser formuladas com a ideia de «âncora» que reenvia a possibilidade de criar outros laços: O indivíduo pode levantar a âncora para a deitar num sítio que não seja a sua terra. Para o indivíduo, definir as suas origens, seja com a ideia de «raízes», seja com a ideia de «âncora» è uma maneira de reformular os laços e as relações com a família.

De facto, na construção das origens domina a redefinição pelo indivíduo da pertença familiar. Esta pertença faz-se em termos de «laço», laço que definimos por duas dimensões: A do lugar na família e a da relação.

Aquilo que podemos notar è que na construção das “origens”, para alguns predomina uma definição da família mais em termos de lugar. O lugar reenvia à dimensão estática. Neste tipo de laço à família, a representação desta última baseia-se na ideia da permanência e de continuidade : o peso dos laços de sangue e da ligação à terra que faz falar «do seu lugar» na família, «do lugar» no cemitério, «do lugar» que se ocupa nas fotografias de família, «da malha» da corrente, o indivíduo è a malha, a família è a corrente. Nesta visão, existe uma ordem das gerações, è a dimensão da linhagem e da herança que è posta em primeiro plano. O lugar define-se como “existindo antes” do indivíduo, como sendo exterior a ele mesmo, definido fora dele mesmo. A família è apresentada neste contexto como “pré-existindo” ao indivíduo, como “já estando cá”.

E para marcar o seu lugar, as «origens» tomam a forma de ligação “ao material” e nomeadamente à uma casa significativa (a casa dum avô, a casa das férias...). Assim, o indivíduo fica dividido entre dois locais, mas também partilhado na elaboração de projectos de retorno, projectos que nem sempre são actualizados : “*eu, eu via-me bem voltar para lá durante um tempo, quando era mais nova porque eu adorava aquilo, porque adorava a família et mesmo, digo-me que vou ser enterrada lá na terra, porque tinha os meus antepassados na terra, isso conta. Para além disso no cemitério tenho lá muita família minha. Temos as nossas raízes na terra. Mais à frente na entrevista a contradição surge: “Tenho tudo aqui (em Paris). Tenho os meus filhos, o meu marido, tenho a minha casa, tenho tudo aqui. Eu não tenho nada lá, tenho o meu pai, tenho a minha mãe que morreu, tenho todas as pessoas que gostava que morreram lá na terra, isso não é indiferente, mas o que conta mais está aqui.”* (mulher, nascida em 1955, secretaria) Nesta forma de construção das origens domina a ideia de «raízes».

Para outros, predomina a ligação à mobilidade e nesse contexto, o laço a família anuncia-se mais em termos de relação³, è a segunda dimensão do laço. Ela è caracterizada pela circulação de objectos, de palavras, de sentimentos, de telefonemas e de encontros. Esta dimensão è dinâmica e è evolutiva ao longo dos anos, as relações transformam-se e reformulam-

³ François de Singly, *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan, 1993

se enquanto que os lugares podem ser vistos como ficando predeterminados. É o aspecto da mudança que é o principal nesta dimensão.

A característica da relação é a forma de reactualização⁴ permanente onde as “origens” tomam a forma de “âncoras moveis”, de objectos, e uma actualização no seio mesmo do local de residência: “*para todo o lado onde vou, volto para minha casa(...) não tenho uma ligação visceral a um sítio...tenho uma ligação a outras formas de territórios, isto é a leituras, músicas... é o que me territorializa.*” (Homem, nascido em 1966, sociólogo) A “âncora” define-se como um fio condutor que dá uma coerência à visão do mundo, é um elemento de organização, da visão do mundo. Esta “âncora” é produtora de laços entre os diferentes locais entre os quais ele circula. No entanto, a diferença em relação a um entrevistado que tende para um «algures significativo»⁵, Luc valoriza a sua vida presente : “*Lá, na terra, pertence ao passado, tenho as minhas lembranças e aqui agora tenho toda a minha vida. Toda a minha vida actual. Lá, na terra é tudo passado*”. Existe uma forma de concordância dos lugares e das aspirações presentes e os projectos não são construídos em torno de um projecto de retorno.

Neste tipo de construção das origens domina a ideia de ancora: No primeiro tipo o laço è mais tradicional com a ideia de transmissão. No segundo tipo , è o herdeiro que escreve o seu testamento.

3. Como é que a “âncora” articula o individual e o familiar?

Para demonstrar isso, partimos de um contexto particular: A ligação à terra faz ofício de princípio de coerência identitária no contexto da ascensão social. Quando as linguagens faladas não são mais as mesmas, quando a relação torna-se difícil de conservar porque os meios sociais estão desfasados, conservar o seu lugar através do desejo de se “ancorar” na terra pela conservação de uma casa, é uma maneira de marcar para si mesmo e para os outros uma pertença familiar. Não se trata tanto de uma origem geográfica, aqui trata-se de uma vontade de marcar uma pertença à uma origem social. Quando a mobilidade social se acrescenta a uma mobilidade residencial, manter o seu lugar é uma estratégia para marcar uma pertença à família. Se o indivíduo não pode mais dizer “*eu ainda pertença ao vosso meio*”, ainda pode dizer “*pertença ainda vossa, a nossa terra*”. A reivindicação de uma pertença regional esconde uma mudança de pertença cultural e social podendo ser visto como uma traição da pertença familiar. Quando existe um sentimento de não reconhecimento daquilo que se é, e que partir é também perder o seu lugar, o indivíduo desenvolve estratégias para mostrar que ele ainda pertence aquele sítio : “*eu, eu tenho vontade de lhes (seus filhos) transmitir uma cultura rural porque acho que é importante, as raízes, a terra, a relação à terra, eu acho importante. Já só se vive nas cidades e só se pensa nas compras, na aparelhagem, nas Nike e em todas as estupidezes e os filhos esquecem-se do essencial*”(mulher, nascida em 1955, secretaria). A reivindicação de uma pertença a uma região pode esconder uma mudança de pertença social podendo ser visto pelo entrevistado como uma espécie de traição da pertença familiar. A ligação à “terra” é menos uma herança que um mecanismo para conciliar uma trajectória social ascendente com uma pertença familiar, a conservação de uma casa podendo também tornar-se um peso e representar um entrave a aspiração do indivíduo a uma autonomia na qual o indivíduo se define, primeiro, por um valor pessoal e, depois, por uma pertença familiar. Construir-se origens é dar a ver aos outros e a si mesmo que sempre ficamos «filho» ou «filha de»⁶, o indivíduo tende a conservar o seu lugar na família no contexto da mobilidade seja geográfica, ou seja social.

⁴ Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Albin Michel, 1994 (1^{ère} ed. 1925)

⁵ Em referência ao « outro significativo », P. Berger, H. Kellner, 1988, “ Le mariage et la construction de la réalité ”, *Dialogue* n°102, “*Le moi conjugal, un drôle de je* ”, pp. 6-23.

⁶ François de Singly, 2000, *Libres-ensemble. L'individualisme dans la vie commune*, Paris, Nathan.